



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu



ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Número do Processo Administrativo:

1.2. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

1.3. Equipe de planejamento da contratação:

1.4. Responsável pela demanda:

1.4.1. Pricila Beatriz Ferlin, matrícula n. 21581.01, Técnico em Enfermagem Júnior, lotada no Ambulatório de Feridas – DIES, email: pricilaferlin@gmail.com, telefone: 45 9951-2406.

1.4.2. Lígia Wildner Bento, matrícula n. 22957-01, Enfermeiro Júnior, lotada na Diretoria de Atenção Especializada e Saúde Mental, email: dvasepmfi@gmail.com, telefone: 45 99900-89090

1.5. Natureza do serviço: serviço de caráter continuado

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada

1.1. A Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) de Foz do Iguaçu é responsável pela organização e execução das ações e serviços de saúde ofertados à população usuária do municipal, incluindo a realização de exames diagnósticos de média e alta complexidade e procedimentos terapêuticos especializados.

1.2. A Diretoria de Atenção Especializada (DIES) da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) apresenta demanda reprimida para realização de tratamento por meio de Oxigenoterapia Hiperbárica, especialmente destinada a usuários portadores de lesões complexas e de difícil cicatrização. Trata-se, em sua maioria, de pacientes com úlceras crônicas (venosas, arteriais ou mistas), frequentemente associadas ao pé diabético, feridas cirúrgicas com evolução para deiscência, processos cicatriciais lentificados ou estagnados, infecções recorrentes e outras complicações decorrentes de comprometimento vascular e metabólico. Esses quadros clínicos apresentam elevada morbidade, risco de agravamento e potencial evolução para intervenções cirúrgicas de maior complexidade, incluindo amputações.

1.3. Em regra, esses usuários iniciam o acompanhamento no Ambulatório de Feridas do Município, onde recebem avaliação especializada e curativos avançados adequados à etiologia



da lesão. Contudo, apesar da adoção das condutas terapêuticas preconizadas, parcela significativa dos casos não apresenta evolução clínica satisfatória, especialmente quando há hipóxia tecidual persistente, infecção associada ou comprometimento vascular relevante. A ausência de resposta adequada ao tratamento convencional prolonga o tempo de cicatrização, favorece a progressão das úlceras, aumenta o risco de complicações infecciosas e pode culminar na necessidade de procedimentos cirúrgicos, internações prolongadas e maior ônus assistencial ao sistema de saúde.

1.4.A oxigenoterapia hiperbárica (OHB) consiste na inalação de oxigênio puro, estando o indivíduo submetido a uma pressão maior do que a atmosférica, no interior de uma câmara hiperbárica;

1.5.As câmaras hiperbáricas são equipamentos resistentes a pressão e podem ser de dois tipos - multipaciente (de maior porte, pressurizada com ar comprimido e com capacidade para várias pessoas simultaneamente) e o monopaciente (que permite apenas a acomodação do próprio paciente, pressurizada, em geral, diretamente com Oxigênio);

1.6.Não se caracteriza como oxigenoterapia hiperbárica (OHB) a inalação de 100% de Oxigênio em respiração espontânea ou através de respiradores mecânicos em pressão ambiente, ou a exposição de membros ao oxigênio por meio de bolsas ou tendas, mesmo que pressurizadas, estando a pessoa em pressão ambiente”.

1.7.Portanto, é um método terapêutico no qual o paciente, no interior de uma câmara hiperbárica, é submetido a uma pressão duas ou três vezes maiores que a pressão atmosférica ao nível do mar, respirando oxigênio puro a 100%. O método provoca um aumento da quantidade de oxigênio transportada pelo sangue 20 vezes maior que o volume que circula em indivíduos respirando ao nível do mar.

1.8.Essas condições só podem ser atingidas dentro das câmaras, onde os pacientes realizam de 15 a 40 sessões, sendo que dependendo da gravidade do caso e da resposta realizam mais quantidades. O paciente fica em repouso, respirando normalmente, enquanto oxigênio em grande quantidade vai se dissolvendo no sangue até chegar aos locais menos oxigenados.

1.9.Dentro da câmara hiperbárica com compressão, o oxigênio que penetra pelos pulmões por meio da respiração dilui-se no plasma e atinge tecidos com pouca irrigação e por consequência pobres em oxigênio.

1.10. Apenas 20% do ar que respiramos é oxigênio. Os outros 80% não são necessários para o funcionamento do corpo, sendo descartados. E esse oxigênio não é puro.





1.11.O tratamento com Oxigenoterapia Hiperbárica tem como princípio a oferta de grande quantidade de oxigênio aos tecidos pobres em oxigênio (isquêmicos) são propensos a infecções e destruição tecidual (necrose).

1.12. As câmaras hiperbáricas - um equipamento totalmente fechado no qual é possível insuflar oxigênio puro e atingir uma pressão acima da pressão ambiente – é a esperança de tratamento para uma série de doenças, entre elas o pé diabético. Estudos Científicos já indicaram que até 85% das amputações no pé diabético foram precedidas por úlceras que poderiam ter sido tratadas com a oxigenoterapia hiperbárica, ainda não disponível no Sistema Único de Saúde (SUS).

1.13.Sem oxigênio, surgem feridas de difícil cicatrização. Além de não fechar, elas acabam se infeccionando porque perdem as defesas contra as bactérias. “ É por isso que o diabético tem dificuldade de cicatrização. A doença leva a uma falta de oxigenação crônica nos membros periféricos”, explica Mariza Dias.

1.14.Cerca de 60% dos pacientes que fazem oxigenoterapia hiperbárica são pessoas com pé diabético, quadro que pode levar a sérias complicações e até a amputação dos membros por causa da má vascularização, dano nos nervos da região acometida, perda de sensibilidade que aumenta o risco de traumas ou infecções.

1.15.Com isso a contratação do serviço permitirá atender à demanda, reduzir internações prolongadas caso necessário, além de promover melhora da qualidade de vida dos pacientes e economia de recursos públicos a médio e longo prazo.

1.16.Diante disso, observando os prejuízos que podem ocorrer, e em razão do dever da garantia de assistência à pessoa, onde o Estado jamais poderá deixar de ofertá-lo, resta clara e comprovada, sob a perspectiva do interesse público, a necessidade de contratação da empresa especializada para a prestação de serviços de oxigenoterapia hiperbárica com acessibilidade à usuários.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

2.1.Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 91, inciso II, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, registra-se que a presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026.



2.1.1. Os itens objeto deste Estudo Técnico Preliminar, consistentes nesta contratação, estão expressamente previstos no PCA 2026 do Município, o qual foi regularmente publicado e encontra-se disponível para consulta pública tanto no Portal da Transparência Municipal quanto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://transparencia.foz.pr.gov.br/portaltransparencia/1/publicacoes/36/8248>
- <https://pncp.gov.br/app/pca/76206606000140/2026>

2.1.2. O DFD para a referida contratação encontra-se na página 21 no número 251/2026 a demanda foi adequadamente planejada, consolidada e incorporada ao planejamento anual das contratações, em consonância com as prioridades institucionais da Secretaria Municipal da Saúde e com os objetivos estratégicos da Administração Municipal.

2.1.3. Ressalte-se que o objeto possui natureza de prestação de serviço essencial e de uso contínuo, indispensável à execução regular dos serviços de saúde prestados pelo Município, conforme detalhado no diagnóstico e na estimativa de consumo constantes deste DFD.

2.1.4. O alinhamento com o PCA 2026, aliado à compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), demonstra a regularidade do planejamento da contratação, atendendo às diretrizes de governança, racionalidade administrativa, transparência e eficiência exigidas pela Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

2.1.5. Dessa forma, resta comprovado que a presente contratação observa integralmente o planejamento anual das contratações do Município, não havendo qualquer óbice sob a ótica do PCA, encontrando-se o procedimento apto à sua regular tramitação.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, visando à celebração de contrato administrativo para prestação de serviços, destinados ao atendimento das demandas dos serviços supracitados desta Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

3.2. Os serviços deverão ser executados no Município de Foz do Iguaçu, em estabelecimento devidamente estruturado, licenciado e regular perante os órgãos sanitários, assistenciais e demais autoridades competentes, em estrita observância à legislação vigente.

3.3. A exigência de instalação no âmbito municipal justifica-se pela necessidade de assegurar acesso facilitado aos usuários da rede municipal de saúde, possibilitando





acompanhamento pela equipe técnica da Secretaria, fiscalização contratual eficiente e integração com os demais serviços da Rede de Atenção Psicossocial.

3.4. Na hipótese de a empresa vencedora não possuir unidade instalada no Município no momento da contratação, será concedido o prazo máximo e improrrogável de até 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, para a implantação e regular funcionamento do serviço em Foz do Iguaçu, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

3.5. A exigência de execução dos serviços no âmbito territorial do Município de Foz do Iguaçu fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade assistencial e a proteção à saúde do usuário, possibilitando o acompanhamento sistemático pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, a fiscalização efetiva do contrato e a integração com os demais pontos da rede municipal de atenção à saúde.

3.6. O deslocamento para outros municípios compromete a regularidade do tratamento, impõe desgaste físico e emocional aos pacientes — em sua maioria com mobilidade reduzida, lesões complexas e quadro clínico delicado — além de dificultar intervenções rápidas em caso de intercorrências.

3.7. Sob o aspecto econômico, o encaminhamento de usuários para atendimento fora do Município acarreta custos adicionais significativos ao erário. Como parâmetro, cita-se o Contrato nº 89/2021, destinado ao transporte de pacientes para consultas na cidade de Cascavel, cujo valor por viagem corresponde a R\$ 2.199,50, representando R\$ 52,36 por passageiro, considerando ônibus com capacidade para 42 lugares.

3.8. Ressalta-se que os pacientes submetidos ao tratamento em questão realizam, em média, no mínimo 10 (dez) sessões consecutivas, geralmente uma por dia, o que multiplicaria exponencialmente o custo com transporte, tornando a solução externa economicamente desvantajosa.

3.9. Para além da questão financeira, o tratamento fora do Município expõe o paciente a riscos clínicos relevantes. O transporte prolongado, especialmente em veículos compartilhados com outros usuários portadores de diferentes patologias, pode ocasionar agravamento do quadro de saúde, aumento da dor, atraso na cicatrização e risco concreto de infecções cruzadas, considerando a existência de feridas abertas e imunidade frequentemente comprometida. Tal circunstância contraria as boas práticas sanitárias e pode comprometer a efetividade terapêutica.





3.10. Nesse contexto, a prestação local dos serviços mostra-se a alternativa mais adequada sob os prismas técnico, econômico e assistencial, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, razoabilidade e supremacia do interesse público, ao garantir maior agilidade no atendimento, redução de riscos clínicos, otimização de recursos públicos e melhor articulação com a rede municipal de saúde.

3.11. A empresa contratada deverá ser especializada em serviços de oxigenoterapia hiperbárica, apresentar os documentos de habilitação, previstos nos termos do art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

3.12. Ter capacidade técnica para realizar a prestação de serviço conforme descritos neste documento.

3.13. Executar os serviços, objeto deste edital, em seu espaço físico respeitando as quantidades contratadas, com pessoal, mobiliário, equipamentos, insumos, medicamentos, materiais médico-hospitalar e demais materiais de sua propriedade.

3.14. Ofertar os serviços pelo menos de segunda-feira à sexta-feira, compreendidos em horário comercial, e aos sábados em horário comercial, podendo o horário ser ampliado em caso de disponibilidade da Contratada e havendo necessidade por parte da Contratante.

3.15. Deverá ter quadro de funcionários capacitados e devidamente habilitados para realização dos serviços.

3.16. Ter sala de espera climatizada e adequada para acolher os pacientes, com número de cadeiras suficientes ao fluxo.

3.17. A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros, resultantes da execução do objeto, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício decorrente da execução do objeto.

• Qualificação Jurídica

3.12 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF.

3.13.Registro comercial, no caso de empresa individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração consolidada devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou inscrição do ato constitutivo; no caso de sociedades civis acompanhado de prova de diretoria em exercício, com o ramo de atividades compatíveis com o objeto deste edital; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização de funcionamento





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu



ESTADO DO PARANÁ

expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.

3.14. Dados pessoais (nome completo, logradouro, estado civil, profissão, RG e CPF) do signatário (responsável legal) o qual assinará o contrato.

3.15. Certificado/certidão de que não consta no cadastro dos impedidos de licitar, conforme instrução do TCE-PR, disponível no endereço eletrônico:
<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>

3.16. Certificado/certidão de que não consta no cadastro dos impedidos de licitar e inidôneas, conforme instrução do TCU, disponível no endereço eletrônico:
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:2>

3.17. Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais conjunta com a Dívida Ativa da União.

3.18. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

3.19. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do proponente.

3.20. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CND FGTS).

3.21. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal 12.440/2011.

3.22. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelos distribuidores da sede da comarca da pessoa jurídica.

3.23. Documento declarando que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso VI do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

3.24. Dados de identificação bancária (relacionar o número da Agência e Conta Corrente em nome da empresa interessada).

3.25. Declaração da instituição informando que possui capacidade técnica e física para cumprimento do objeto.

3.26. Declaração emitida pela licitante que está de acordo com os termos do edital, as normas e tabelas de valores definidas pelo neste instrumento convocatório e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

3.27. Declaração que o proponente não possui servidor público do Município de Foz do Iguaçu, como representante legal/membro da diretoria/sócio administrador/proprietário e/ou presidente da instituição, em concordância com o art. 15º do Decreto Municipal nº 32.398/2024:





“É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais, da administração nem que tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º Para fins do disposto no caput, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou com a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.

§ 2º A vedação de que trata o caput incide sobre o agente público que atue em processo de contratação cujo objeto seja do mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual haja o relacionamento.

§ 3º Nenhum agente político ou servidor público do Município de Foz do Iguaçu poderá ser contratado ou participar, ser diretor ou integrar conselho da empresa contratada pelo próprio Município de Foz do Iguaçu, ressalvadas as exceções da Lei Orgânica.”

3.28. Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital, deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

• Qualificação Técnica

3.29. Licença Sanitária válida emitida pelo órgão de vigilância sanitária competente.

3.30. Alvará de funcionamento atualizado do estabelecimento.

3.31. Atestado de Capacidade Técnica ou declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emitente e cargo que ocupa, comprovando que a proponente forneceu itens/serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do edital de credenciamento, indicando quantitativo mínimo e máximo de procedimentos/mês que poderão ser ofertados ao SUS.

3.32. Memorial descritivo da empresa, com inclusão de relação de equipamentos técnicos disponíveis que estão relacionados diretamente aos serviços a serem contratados, com indicação de número de série, registro de manutenção/calibração, fabricante, modelo e capacidade técnica.

3.32.1. Registro na ANVISA e certificado de aferição pelo INMETRO, dentro do prazo de



validade, para todos os equipamentos utilizados na elaboração dos exames/procedimentos, quando cabível.

3.33. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – formulário pode ser encontrado no site <http://www.cnes.datasus.gov.br>

• Qualificação Técnico-profissional

3.34. Relação dos profissionais envolvidos na execução dos serviços.

3.35. Comprovação de possuir em seu quadro permanente, profissional devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Medicina, e que seja detentor de no mínimo 1 (um) atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes à especificação do Lote disputado (inciso I do Art. 67, c/c com o § 3º da Lei 14.133/2021), devidamente carimbado e assinado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante. Apresentar inscrição vigente no CRM e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) do(s) médico(s) responsável(is) pelo laudo.

• Condições Operacionais Mínimas Exigidas

3.36. Instalações acessíveis a pessoas com deficiência, conforme legislação vigente.

3.37. Cumprir todas as exigências das leis e normas atinentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem no local de execução de serviços, incluindo o uso de uniforme ou crachá de identificação.

• Demais Documentos Exigidos

3.38. Declaração de que a empresa se compromete a atender às demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme disponibilidade e capacidade técnica aprovada;

3.39. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

3.39.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, lote, modelo, procedência e prazo de validade;

3.39.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);





3.39.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.39.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.39.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

4.13. Calculou-se a quantidade dos itens a serem licitados com base no número de atendimentos do Ambulatório de Feridas.

| Item | CATSER | Código OXY | Sessões | Unidade | Descrição | Valor por Sessão | Valor Total |
|------|--------|------------|---------|---------|----------------------------|------------------|---------------|
| 1 | 20176 | 526364 | 1.400 | Sessão | Oxigenoterapia Hiperbárica | R\$316,01 | R\$442.414,00 |

4.14.A quantidade a ser contratada para as sessões de câmara hiperbárica deverá ser de 1.400 sessões, considerando a média de 10 sessões por paciente importante ressaltar que este serviço não era anteriormente ofertado pela instituição. Até o momento, os usuários contam apenas com o atendimento realizado no ambulatório de feridas, o que limita as alternativas terapêuticas disponíveis para o tratamento de lesões complexas e de difícil cicatrização.

4.15.A estimativa da demanda para contratação de serviços de oxigenoterapia hiperbárica foi elaborada com base no levantamento atual de pacientes acompanhados no ambulatório de feridas, no histórico de demandas judiciais registradas e na projeção da necessidade assistencial para o período de 12 (doze) meses.

4.16.Com a implantação do novo serviço de terapia hiperbárica, a tendência é de aumento na adesão a este procedimento, uma vez que se trata de uma abordagem complementar e altamente eficaz no tratamento de diversas condições, especialmente feridas crônicas, úlceras, lesões por pressão e complicações decorrentes de diabetes.

4.17.A ampliação da oferta permitirá maior resolutividade dos casos, redução do tempo de cicatrização, diminuição de complicações e, conseqüentemente, melhora significativa na qualidade de vida dos usuários. Além disso, espera-se impacto positivo na redução de internações prolongadas e na otimização dos recursos assistenciais.

4.18.Atualmente, o ambulatório de feridas possui pacientes com indicação para oxigenoterapia hiperbárica, porém, em razão da indisponibilidade desse serviço no Sistema



Único de Saúde, o tratamento tem se restringido a curativos convencionais, o que pode acarretar maior tempo de cicatrização, aumento do risco de complicações infecciosas, prolongamento do tratamento, impacto negativo na qualidade de vida e elevação dos custos assistenciais; nesse contexto, a oferta da oxigenoterapia hiperbárica apresenta potencial para melhorar os desfechos clínicos, reduzir internações e o tempo de tratamento, além de ampliar a resolutividade do cuidado, ressaltando-se que foram registradas demandas judiciais para a realização do referido procedimento. O quantitativo anual para o procedimento foi calculado conforme o levantamento atual de pacientes acompanhados no ambulatório de feridas, no histórico de demandas judiciais registradas e na projeção da necessidade assistencial para o período de 12 (doze) meses.

4.19.Dessa forma, a estimativa de 1.400 sessões mostra-se adequada para atender à demanda projetada, considerando a inexistência prévia do serviço e a tendência de crescimento na procura a partir de sua implementação.

5. POSSÍVEIS NORMAS CORRELACIONADAS AO PROBLEMA E POTENCIAIS SOLUÇÕES

5.1. Normas do SUS e da Saúde Pública e Legislações de Contratações Públicas

- **Lei nº 8.080/1990**, Lei Orgânica da Saúde;
- **Resolução RDC/ANVISA nº 50, de 20 de março de 2002**, no que se refere às normas específicas de engenharia, arquitetura e vigilância sanitária em vigor, visando garantir condições físicas adequadas ao atendimento.
- **Resolução RDC/ANVISA nº 63 de 25 de novembro de 2011**, que dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os serviços de saúde, fundamentados na qualificação, na humanização da atenção e gestão e na redução e controle dos riscos aos usuários do SUS e o meio ambiente.
- **Resolução RDC/ANVISA nº 36 de 25 de julho de 2013**, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.
- **Norma ABNT NBR 9050 de 11 de outubro de 2015**, que dispõe sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- **Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde (2017)**, que reúnem diretrizes sobre organização, financiamento e prestação de serviços de saúde.
- **Resolução RDC/ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018**, que regulamenta as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências.



- **Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021**, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024**, que regulamenta as licitações e contratações públicas no âmbito municipal de Foz do Iguaçu/PR.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

1. Levantamento de Mercado

1.1. Os serviços de oxigenoterapia hiperbárica a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, no termos do Art. 20 da Lei 14.133 e do Decreto nº 10.818/2021, tendo em vista que apresentam padrões de desempenho e qualidade amplamente reconhecidos e padronizados no mercado, passíveis de definição objetiva por meio de especificações técnicas usuais.

1.2. A prestação do serviço de oxigenoterapia hiperbárica é realizada conforme protocolos clínicos estabelecidos, normas sanitárias vigentes e parâmetros técnicos previamente definidos, o que permite a descrição clara e precisa do objeto a ser contratado, sem prejuízo da competitividade e da isonomia do certame. Dessa forma, trata-se de serviço cujas características podem ser objetivamente especificadas nos instrumentos convocatórios, viabilizando sua contratação nos moldes da legislação aplicável.

1.3. De acordo com pesquisa de mercado observou-se que atualmente no município de Foz do Iguaçu há um estabelecimento de saúde apto a prestar os serviços de oxigenoterapia hiperbárica, devidamente licenciado e com capacidade técnica para a execução do objeto, porém na região oeste e através de pesquisa no site do PNCP constatou que existem empresas que fornecem este tipo de serviço.

1.4. As possibilidades para aquisição dos itens são: pregão eletrônico em sua forma de Registro de Preço, pregão eletrônico, dispensa, inexigibilidade e adesão.

1.5. No que se refere às modalidades e instrumentos possíveis para a contratação do serviço, foram analisadas as seguintes alternativas: Pregão Eletrônico na forma de Registro de Preços, Pregão Eletrônico para contratação imediata, Dispensa de Licitação, Inexigibilidade de Licitação e Adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão.

1.6. A hipótese de dispensa de licitação foi descartada, uma vez que o objeto pretendido não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021, não estando caracterizada situação emergencial ou qualquer outro permissivo legal aplicável ao caso.



1.7. A inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74 da Lei nº 14.133/2021, também foi afastada, tendo em vista que não restou configurada inviabilidade de competição, considerando a existência de múltiplos prestadores aptos à execução do serviço.

1.8. O Pregão Eletrônico para contratação imediata foi igualmente descartado, considerando que os serviços de oxigenoterapia hiperbárica possuem caráter continuado e demanda estimada para o período de 12 (doze) meses, o que recomenda instrumento que possibilite contratações parceladas conforme a necessidade da Administração.

1.9. A adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos também foi analisada, porém descartada em razão do quantitativo estimado, das especificidades técnicas do serviço e da necessidade de compatibilidade integral entre as condições registradas e as demandas desta Secretaria, o que poderia comprometer a economicidade e a adequação da contratação.

1.10. Ressalta-se que eventual adesão demandaria análise minuciosa das características técnicas, protocolos clínicos, estrutura física exigida, qualificação profissional e parâmetros de segurança previstos na ata originária, o que poderia inviabilizar a compatibilidade com as necessidades específicas desta Administração.

1.11. No tocante à possibilidade de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), verificou-se que esta Secretaria não dispõe, no momento, de estrutura administrativa suficiente para gerenciamento ampliado de Atas de Registro de Preços, especialmente na condição de órgão gerenciador, considerando a complexidade do objeto e a necessidade de celeridade na contratação.

1.12. A divulgação do IRP acarretaria no acréscimo de em média 15 (quinze) dias úteis para realização do pregão e que o setor competente não dispõe de recursos humanos suficiente para executar as atribuições de seus cargos e gerenciar, a contento, o conjunto de procedimentos para registro de preços e a Ata de Registro de Preços dele decorrente, a esse respeito, Joel de Menezes Niebuhr leciona:

"(...) Aliás, o caput do artigo 86 da Lei nº 14.133/ 2021 alude a regulamento que deve versar sobre o procedimento de intenção de registro de preços e que, pois, pode dispor com maior detalhamento sobre as situações e as justificativas para não realizar o procedimento de intenção de registro de preços.

De todo modo, é preciso reconhecer sim competência discricionária para não realizar o procedimento de intenção de registro de preços, ainda que se considere que a regra seja realizá-lo, em alinhamento ao caput do artigo 86 da Lei nº 14.133/ 2021.





Pode-se antever diversas justificativas, entre as quais, (i) demanda urgente, (ii) demanda por quantitativo inexpressivo, (iii) complexidade ou peculiaridade técnica do objeto, (iv) falta de estrutura do órgão ou entidade e, inclusive, (v) prejuízo à competitividade.(...)”

(Licitação Pública e Contrato Administrativo/ Joel de Menezes Niebuhr. 6 ° Edição- Belo Horizonte: Fórum, 2023)

1.13. Diante desse contexto, esta Secretaria Municipal de Saúde opta por vedar a adesão de outros entes à futura Ata de Registro de Preços, considerando as limitações estruturais e a necessidade de garantir gestão eficiente e adequada do instrumento contratual.

1.14. Assim, conclui-se que a modalidade mais adequada para a contratação dos serviços de oxigenoterapia hiperbárica é o Pregão Eletrônico para contratação de empresa, considerando a possibilidade de definição prévia do quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, a natureza continuada da demanda e a necessidade de assegurar ampla competitividade, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2. Estimativa prévia do valor da contratação

2.1. O valor previsto para a presente demanda foi estimado com base na Ata nº. 445/2025 da cidade de Araraquara no Estado de São Paulo. Destaca-se que os preços anotados são referenciais e buscam apresentar a provável dimensão do impacto orçamentário para avaliação da viabilidade da contratação.

2.2. Valor total de referência estimado: R\$ 442.414,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quatorze reais).

| Item | CATSER | Código OXY | Sessões | Unidade | Descrição | Valor por Sessão | Valor Total |
|------|--------|------------|---------|---------|----------------------------|------------------|---------------|
| 1 | 20176 | 526364 | 1.400 | Sessão | Oxigenoterapia Hiperbárica | R\$316,01 | R\$442.414,00 |

3. Escolha da solução

3.1. Após a avaliação das modalidades de compra, para o objeto do processo, entendemos que a melhor opção é a contratação através de Pregão Eletrônico, pois se mostra mais compatível com a natureza comum do serviço, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, nos termos da Lei nº. 14.133/2021, garantindo ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, tendo em vista que será realizado um contrato pelo período de doze meses para a referida prestação de serviço.



3.2. Dessa forma, acredita-se no ganho econômico na compra em escala, uma vez que os licitantes tendem a ofertar melhores preços e diminuir suas margens de lucro, a depender do quantitativo a ser registrado pela Administração.

3.3. Sendo assim, dentre as alternativas analisadas: execução direta pelo Município, celebração de convênios ou parcerias institucionais e contratação de empresa especializada, conclui-se que a contratação de empresa devidamente habilitada é a solução mais adequada e eficiente, por assegurar:

3.3.1. Atendimento especializado conforme protocolos clínicos vigentes;

3.3.2. Disponibilidade de estrutura física e tecnológica apropriada;

3.3.3. Previsibilidade orçamentária e controle contratual;

3.3.4. Maior celeridade e no início da prestação dos serviços;

3.3.5. Atendimento à demanda de forma contínua e segura.

3.4. Assim, a solução adotada atende ao interesse público, assegura a continuidade do atendimento aos usuários da rede municipal de saúde e observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento das contratações públicas.

IV – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1. Descrição da solução como um todo

1.1. As contratações desta Secretaria da Saúde em atendimento ao dispositivo legal são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, a contratação de empresa para a prestação de serviço em oxigenoterapia hiperbárica deverá ser realizada respeitando estes preceitos.

1.2. A solução contempla a prestação integral do serviço compreendido:

1.2.1. Disponibilização de estrutura física adequada, com câmara hiperbárica certificada e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como demais regulamentações aplicáveis ao funcionamento do serviço.



1.2.2.Fornecimento de todos os insumos, equipamentos e materiais necessários à execução das sessões, incluindo oxigênio medicinal, dispositivos de segurança, sistemas de monitoramento e equipamentos de suporte à vida, quando necessários.

1.2.3.Disponibilização de equipe multiprofissional habilitada, composta por médico responsável técnico com capacitação em medicina hiperbárica, equipe de enfermagem e demais profissionais necessários à realização segura do procedimento, observando protocolos clínicos reconhecidos e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

1.2.4.Realização das sessões de oxigenoterapia hiperbárica, conforme prescrição médica, com acompanhamento clínico do paciente, registro em prontuário, controle de frequência, evolução terapêutica e emissão de relatórios à Secretaria Municipal de Saúde.

1.2.5.Atendimento de forma contínua e programada, durante a vigência contratual, garantindo a execução parcelada conforme a demanda encaminhada pela rede municipal, respeitando o quantitativo estimado previamente no planejamento da contratação.

1.2.6.Responsabilidade integral da contratada quanto à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, cumprimento das normas de biossegurança, controle de qualidade, gestão de riscos e observância das exigências legais, trabalhistas e sanitárias pertinentes.

1.3.A solução foi estruturada para atender à necessidade assistencial de pacientes com lesões complexas, feridas de difícil cicatrização, infecções graves, complicações decorrentes de diabetes, osteomielites, entre outras indicações clínicas reconhecidas, quando esgotadas ou insuficientes as terapias convencionais ofertadas pelo Município.

1.4.Ressalta-se que a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de estrutura própria para execução direta do serviço, sendo a contratação de empresa especializada a alternativa tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa, evitando elevados custos de implantação, aquisição de câmara hiperbárica, capacitação de equipe e manutenção especializada.

1.5.A solução proposta assegura:

- continuidade da assistência especializada;
- redução de complicações clínicas e possíveis internações prolongadas;
- otimização de recursos públicos;
- observância aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e supremacia do interesse público.



1.6. Assim, a contratação viabiliza atendimento qualificado, seguro e tempestivo aos usuários do sistema municipal de saúde, garantindo conformidade técnica, sanitária e contratual durante todo o ciclo de vida da execução do objeto.

1.7. A abrangência da solução, aliada à capacidade de adaptação e à eficiência operacional, convergem para a efetivação dos resultados almejados pela Secretaria, reforçando o compromisso com a promoção da saúde e o atendimento às demandas sociais.

2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação

2.1. Não há parcelamento da contratação, pois o objeto é indivisível e sua execução será determinada por prescrição médica. O fracionamento não se mostra possível, uma vez que poderia comprometer a continuidade e a uniformidade do tratamento dos pacientes submetidos às sessões de oxigenoterapia hiperbárica, ocasionando prejuízo à evolução clínica, à segurança assistencial e à padronização dos protocolos terapêuticos adotado durante todo o ciclo do tratamento.

2.2. DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA E CISÃO EM COTAS PARA ME E EPP

2.2.1. Considerando que o objeto deste termo de referência possui um nicho de mercado específico;

2.2.2. Considerando que a prestação de serviço geralmente são prestadas empresas específicas e para garantir uma maior competitividade de preço no processo licitatório e economicidade ao erário;

2.2.3. Conforme disposto no art. 157 Inc. I e parágrafo 2º, inc. II do Decreto Municipal 32.398 de 28 de março de 2024, para essa licitação não será aplicada a margem de preferência para fornecedores locais e regionais, Vale destacar que nas licitações para a contratação de empresta para prestação de serviço de oxigenoterapia hiperbárica, nas últimas licitações realizadas não houve participação de três empresas sediadas localmente e regionalmente;

Art. 157 - Não se aplica o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, sediados local e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

§ 2º Para a comprovação do disposto no inciso I do caput deste artigo, poderão ser adotadas as seguintes justificativas:

I -



II - ausência de participação efetiva de um mínimo de 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediados no local em licitação com o mesmo objeto e na mesma região;

2.2.4. Justifica-se a não adoção do critério da exclusividade nos certames para a contratação de empresa para prestação de sessões de oxigenoterapia hiperbárica, pois poderá representar prejuízo ao Município, já que as empresas tradicionais que ofertam a referida prestação de serviço em sua maioria não são enquadradas como ME ou EPP

2.2.5. Quanto ao mapa de fornecedor anexo, foram consultados no Banco de Preços Negócios Públicos na faixa de até 180 dias verificou que não há ME/EPP para que seja aplicada a margem de preferência do art. 152, § 5º, do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

2.3. DA NÃO CISÃO EM COTAS RESERVADAS

2.3.1. Considerando o objeto contratual e o eventual prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser adquirido, não haverá cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preconiza o Art. 49, III, da Lei 123/2006.

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

2.3.2. Não há reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006; considerando que é temerária a tomada de decisão em favor das cotas e exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com item deserto ou fracassado, em virtude da ausência de fornecedores habilitados.

2.3.3. A justificativa para o afastamento da cisão em cotas reservadas fundamenta-se em razões de ordem técnica, assistencial e operacional, devidamente alinhadas ao interesse público e à segurança dos pacientes.

2.3.4. A contratação pretendida refere-se à prestação de serviços especializados de oxigenoterapia hiperbárica, cujo tratamento exige continuidade assistencial, padronização de protocolos clínicos, uniformidade de equipamentos, equipe técnica fixa e acompanhamento sistemático da evolução do paciente ao longo de todas as sessões prescritas.



2.3.5.A eventual divisão do objeto em cotas reservadas para microempresas ou empresas de pequeno porte poderia implica a participação de múltiplos prestadores, o que acarretaria:

- Fragmentação do tratamento;
- Alternância de equipe técnica e estrutura física;
- Possíveis divergências nos protocolos terapêuticos;
- Risco à segurança do paciente;
- Comprometimento da rastreabilidade e do controle assistencial.

2.3.6.Ressalta-se que a oxigenoterapia hiperbárica não se trata de fornecimento simples ou padronizado de bens divisíveis, mas de serviço técnico especializado, cuja execução deve ocorrer de forma integrada e contínua, sob responsabilidade de uma única empresa contratada, garantindo unidade técnica e responsabilidade assistencial durante todo o ciclo do tratamento.

2.3.7.Além disso, a gestão contratual e o controle da execução tornam-se mais eficientes quando centralizados em um único prestador, reduzindo riscos administrativos, conflitos de responsabilidade e eventuais discontinuidades no atendimento.

2.3.8.Assim, com fundamento nos princípios da eficiência, da economicidade e, sobretudo, da supremacia do interesse público e da segurança do paciente, justifica-se o afastamento da cisão do objeto em cotas reservadas, por se tratar de solução indivisível sob o ponto de vista técnico e assistencial, cuja fragmentação poderia comprometer a adequada prestação do serviço de saúde.

2.3.9.Em que pese à referida lei conceder preferência na contratação de ME e EPP, ela também prevê as situações em que se excepciona tal predileção, nesse entendimento não se aplica a cisão em cotas quando restar comprovada não ser vantajosa à Administração, representar prejuízo ao conjunto ou complexo o objeto a ser contratado.

2.3.10.Da variedade presume-se a necessidade de constante aperfeiçoamento e estudos para atender às manutenções mais diversas que se apresentam, bem como às orientações os setores que farão uso dos bens. Ou seja, a cota reservada de 25% comprometeria o serviço a ser prestado, trazendo distinção nos protocolos de atendimento, podendo trazer prejuízo no atendimento de pacientes atendidos na rede municipal de saúde.

2.3.11.A preferência prevista na LC 123/06, não é absoluta, sendo que há previsão legal para excepcional afastamento do tratamento diferenciado na própria norma.



2.3.12. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 49, inciso III, verifica-se que não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

2.3.13. Isto posto e pela necessidade de unicidade da contratação com fulcro na posterior prestação de contas, evitando dúvidas ou imbróglis, e também, pelo que dispõe a Lei Complementar 123/06, no tocante à cota reservada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, verifica-se exceção no caso em apreço.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes

3.1. Para esta solução, não há contratações que guardam relação/ afinidade/ dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

4. Resultados pretendidos

4.1. O objetivo desta contratação é suprir a demanda da rede municipal de saúde com a prestação de serviços especializados de sessões de oxigenoterapia hiperbárica, destinadas aos usuários devidamente encaminhados, pelo período de 12 (doze) meses.

4.2. Obter os seguintes resultados, alinhados com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu:

4.2.1. Continuidade Assistencial: Garantir a realização ininterrupta das sessões de oxigenoterapia hiperbárica aos pacientes com indicação clínica formal, assegurando a conclusão adequada dos protocolos terapêuticos prescritos, sem descontinuidade do tratamento.

4.2.2. Melhor Relação Custo-Benefício: Busca-se a contratação de empresa especializada que apresente proposta economicamente mais vantajosa, observando-se preço compatível com o mercado e com as exigências técnicas necessárias à execução segura e eficaz do serviço.

4.2.3. Qualidade Conforme Especificações: Assegurar que as sessões sejam realizadas em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, com utilização de câmara hiperbárica certificada, oxigênio medicinal adequado e equipe multiprofissional habilitada, observando as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e diretrizes do Sistema Único de Saúde.



4.2.4. Atendimento Pleno às Necessidades: Garantir o atendimento adequado aos pacientes portadores de lesões complexas, feridas de difícil cicatrização, infecções graves e demais indicações clínicas reconhecidas, contribuindo para melhor evolução terapêutica e redução de complicações.

4.2.5. Eficiência Operacional e Cumprimento de Prazos: Espera-se que a empresa contratada assegure agilidade no agendamento das sessões, organização logística eficiente, cumprimento dos cronogramas terapêuticos e adequada comunicação com a Secretaria Municipal de Saúde, evitando atrasos que possam comprometer o tratamento.

4.2.6. Responsabilidade Sanitária e Sustentabilidade: A contratada deverá observar práticas de biossegurança, gerenciamento adequado de resíduos de serviços de saúde e manutenção preventiva dos equipamentos, adotando medidas que minimizem impactos ambientais e garantam a segurança de pacientes e profissionais.

4.3. A consecução dos resultados pretendidos contribuirá significativamente para a efetividade da política pública de saúde no Município de Foz do Iguaçu, promovendo atendimento especializado, seguro e contínuo aos usuários do sistema municipal, com observância aos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

5. Providências a serem adotadas

5.1. Para esta solução não se vislumbra há necessidade de tomada de providências de adequações, ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

5.2. Importante pontuar que acerca do o art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

5.3. A fiscalização do contrato será realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, responsável por acompanhar e controlar a execução do fornecimento, cabendo-lhe assegurar o cumprimento do objetivo e das atividades contratadas.

5.4. ANÁLISE DE RISCOS

5.4.1. A análise de risco visa identificar possíveis eventos que possam comprometer a efetividade da aquisição de luvas de procedimentos, cirúrgicas para a Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, bem como definir medidas de mitigação para minimizar seus impactos.



5.4.2. Riscos Técnicos e Assistenciais

5.4.2.1. Interrupção do tratamento do paciente

- *Risco:* suspensão das sessões por falhas operacionais, manutenção inadequada da câmara hiperbárica ou indisponibilidade da equipe técnica.
- *Impacto:* prejuízo à evolução clínica, agravamento do quadro do paciente e possível responsabilização do Município.
- *Mitigação:* exigência de plano de contingência, manutenção preventiva documentada, equipamento reserva (quando aplicável) e previsão contratual de substituição imediata de profissionais.

5.4.2.2. Não conformidade com normas sanitárias

- *Risco:* funcionamento em desacordo com regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- *Impacto:* interdição do serviço, aplicação de penalidades administrativas e riscos à saúde dos pacientes.
- *Mitigação:* exigência de alvará sanitário vigente, licenças atualizadas, responsável técnico habilitado e fiscalização periódica.

5.4.2.3. Falhas na qualificação da equipe técnica

- *Risco:* atuação de profissionais sem capacitação específica em medicina hiperbárica.
- *Impacto:* riscos assistenciais e eventos adversos.
- *Mitigação:* comprovação de qualificação técnica, registro em conselho profissional e apresentação de responsável técnico formalmente designado.

5.4.3. Riscos Operacionais

5.4.3.1. Demora no agendamento das sessões

- *Risco:* capacidade operacional insuficiente frente à demanda encaminhada pela rede municipal.
- *Impacto:* atraso no início ou continuidade do tratamento.
- *Mitigação:* definição contratual de prazos máximos para agendamento e monitoramento mensal da fila de pacientes.

5.4.3.2. Falta de integração com a rede municipal de saúde

- *Risco:* falhas na comunicação entre a contratada e as unidades de encaminhamento.
- *Impacto:* inconsistência de informações clínicas e prejuízo ao acompanhamento terapêutico.



- *Mitigação:* exigência de relatórios periódicos, padronização de fluxos de encaminhamento e designação de fiscal do contrato.

5.4.4. Riscos Administrativos e Contratuais

5.4.4.1. Inexecução parcial ou total do contrato

- *Risco:* descumprimento das obrigações pactuadas.
- *Impacto:* paralisação do serviço e necessidade de nova contratação emergencial.
- *Mitigação:* previsão de penalidades contratuais, garantias, fiscalização contínua e acompanhamento por gestor e fiscal de contrato.

5.4.4.2. Dependência excessiva de único prestador

- *Risco:* descontinuidade caso haja rescisão contratual inesperada.
- *Impacto:* interrupção do atendimento aos pacientes em tratamento.
- *Mitigação:* planejamento prévio de nova contratação, acompanhamento da regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

5.4.5. Riscos Financeiros

5.4.5.1. Desequilíbrio econômico-financeiro

- *Risco:* variações de custos que impactem a execução do contrato.
- *Impacto:* pedidos de reequilíbrio frequentes ou paralisação do serviço.
- *Mitigação:* estimativa adequada de preços com base em pesquisa de mercado e previsão contratual de critérios objetivos de reajuste.

5.4.6. Riscos à Segurança do Paciente

5.4.6.1. Eventos adversos durante as sessões

- *Risco:* complicações clínicas inerentes ao procedimento.
- *Impacto:* danos à saúde do paciente e responsabilidade civil.
- *Mitigação:* exigência de protocolos clínicos padronizados, monitoramento contínuo durante as sessões e disponibilidade de suporte emergencial.

5.4.5. Classificação Geral do Risco

5.4.5.1. Considerando a natureza especializada do serviço e a necessidade de continuidade terapêutica, classifica-se a contratação como de risco moderado a elevado sob o aspecto assistencial, sendo mitigável mediante adequada habilitação técnica, fiscalização contratual rigorosa e definição clara das obrigações da contratada.

5.4.6. A identificação prévia dos riscos e a adoção de medidas preventivas fortalecem o planejamento da contratação, assegurando a continuidade da assistência, a segurança dos



pacientes e o atendimento às diretrizes do Sistema Único de Saúde, bem como aos princípios da legalidade, eficiência e supremacia do interesse público.

6. Possíveis impactos ambientais

6.1. Os serviços a serem contratados deverão estar de acordo com as normas sanitárias e ambientais vigentes e seguirem o Decreto nº 7.746/12 bem como a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, em especial quanto ao descarte dos insumos utilizados na presente contratação.

6.2. Geração de Resíduos de Serviços de Saúde

6.2.1. Impacto:

Produção de resíduos potencialmente contaminados, como materiais descartáveis utilizados durante as sessões (luvas, máscaras, aventais, dispositivos médicos), classificados como resíduos de serviços de saúde.

6.2.2. Risco

ambiental:

Descarte inadequado pode ocasionar contaminação do solo e da água, além de riscos à saúde pública.

6.2.3. Medidas mitigadoras:

- Cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);
- Segregação, acondicionamento e destinação final adequada conforme normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e legislação ambiental vigente;
- Contratação de empresa licenciada para coleta e tratamento dos resíduos.

6.3. Consumo de Oxigênio Medicinal

6.3.1. Impacto:

Uso contínuo de oxigênio medicinal comprimido ou líquido para funcionamento da câmara hiperbárica.

6.3.2. Risco

ambiental:

Embora o oxigênio não seja poluente, sua produção e transporte envolvem consumo energético e emissão indireta de gases de efeito estufa.

6.3.3. Medidas mitigadoras:

- Uso racional do insumo;



- Manutenção preventiva para evitar vazamentos;
- Adoção de fornecedores regularizados ambientalmente.

6.4. Consumo de Energia Elétrica

6.4.1. Impacto:

A operação da câmara hiperbárica demanda consumo significativo de energia elétrica.

6.4.2. Risco

ambiental:

Aumento da pegada de carbono indireta associada à matriz energética.

6.4.3. Medidas mitigadoras:

- Manutenção adequada dos equipamentos para eficiência energética;
- Utilização de equipamentos certificados e com melhor desempenho energético;
- Adoção de práticas de uso consciente de energia.

6.5. Emissão de Ruídos

6.5.1. Impacto:

Funcionamento de compressores e sistemas pressurizados pode gerar ruídos.

6.5.2. Risco

ambiental:

Desconforto acústico em áreas adjacentes, caso não haja isolamento adequado.

6.5.3. Medidas mitigadoras:

- Instalação em ambiente com isolamento acústico apropriado;
- Manutenção periódica para redução de vibrações e ruídos excessivos.

6.6. Manutenção e Substituição de Equipamentos

6.6.1. Impacto:

Eventual descarte de peças e componentes eletrônicos.

6.6.2. Risco

ambiental:

Geração de resíduos eletroeletrônicos.

6.6.3. Medidas mitigadoras:

- Destinação ambientalmente adequada dos componentes substituídos;
- Contratação de empresas especializadas em logística reversa.

6.7. Os impactos ambientais decorrentes da prestação de serviços de oxigenoterapia hiperbárica são considerados controláveis e de baixa magnitude, desde que observadas as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, bem como adotadas boas práticas de gestão de resíduos, eficiência energética e responsabilidade socioambiental.



6.8. A exigência contratual de cumprimento das obrigações ambientais reforça o compromisso da Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu com a sustentabilidade, a responsabilidade ambiental e a promoção de serviços de saúde alinhados às boas práticas de gestão pública.

V - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

1. Viabilidade da Contratação

1.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a referida aquisição dos itens, mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária. Tomando como base experiências em contratações anteriores e realização de pesquisa de mercado, conforme todo o exposto e a necessidade de contratação do objeto, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

Foz do Iguaçu, 23 de fevereiro de 2026.

Datado e assinado digitalmente

Assinaturas da Equipe de Planejamento da Contratação e Autoridade Competente nos termos do art. 89 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

Elaborado por:

Ligia Wildner Bento

Enfermeiro Júnior

Pricila Beatriz Ferlin

Técnico de Enfermagem Júnior

Aprovado por:

Fábio de Mello

Secretário Municipal de Saúde



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Número: **85/2026**

Assunto: **HIPERBÁRICA**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=1c78e994-61ad-4cd3-ad25-ef9b6db6b74a>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:

1c78e994-61ad-4cd3-ad25-ef9b6db6b74a

Hash do Documento

EC1EAADB37C61C3376011C27CD545DC7F459F733BBFAE54EFFC9F146A2C29D6

Anexos

2 ETP - 23-02-2026.pdf - **91ff2862-d38c-4417-a138-db5e43c20f00**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2026 é(são) :

PRICILA BEATRIZ FERLIN (Signatário) - CPF: ***49395927** em 25/03/2026 16:34:19 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

LIGIA WILDNER BENTO (Signatário) - CPF: ***44611982** em 25/03/2026 16:05:48 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

FABIO DE MELLO (Signatário) - CPF: ***34638984** em 25/03/2026 17:02:16 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo , produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

